

RECLAMAÇÃO TRABALHISTA - DESVIO DE FUNÇÃO

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DA ____ VARA DO TRABALHO DE

RECLAMANTE: _____

NACIONALIDADE: _____

ESTADO CIVIL: _____

PROFISSÃO: _____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE (RG): _____

CPF: _____

CTPS Nº: _____ SÉRIE: _____ UF: _____

PIS/PASEP: _____

DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

TELEFONE: _____

E-MAIL: _____

RECLAMADA: _____

CNPJ: _____

INSCRIÇÃO ESTADUAL: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

RAMO DE ATIVIDADE: _____

I – DOS FATOS

DATA DE ADMISSÃO: ____/____/____ DATA DE DEMISSÃO: ____/____/____

FUNÇÃO CONTRATADA: _____

FUNÇÃO EXERCIDA: _____

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES REAIS DESEMPENHADAS:

1. O Reclamante foi contratado para exercer a função de _____, conforme consta em seu contrato de trabalho e na CTPS.

2. Contudo, ao longo do contrato, passou a desempenhar atividades próprias de função diversa, qual seja, _____, o que configura desvio de função.

3. Tal alteração funcional não foi formalmente comunicada, tampouco houve ajuste contratual ou pagamento das diferenças salariais correspondentes.

4. A Reclamada exigiu do Reclamante o desempenho das novas atribuições sob pena de sanções administrativas e ameaças de demissão.

5. Ressalte-se que as atividades efetivamente exercidas são incompatíveis com a função originalmente contratada, implicando em maior complexidade e responsabilidade.
6. O Reclamante cumpriu suas obrigações com dedicação e zelo, mesmo diante da ilegalidade da alteração funcional.

II – DO DIREITO

1. O desvio de função configura alteração contratual ilícita, vedada pelo artigo 468 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que exige a manutenção das condições essenciais do contrato salvo mútuo consentimento.
2. A Súmula 372 do TST estabelece que o empregado que exerce função diversa daquela para qual foi contratado tem direito às diferenças salariais correspondentes ao período do desvio.
3. O artigo 7º, inciso VI, da Constituição Federal assegura a irredutibilidade salarial, o que reforça a ilegalidade da redução ou alteração unilateral do contrato de trabalho.
4. A Reclamante faz jus ao pagamento das diferenças salariais acrescidas de reflexos em férias, 13º salário, FGTS e demais verbas trabalhistas.

III – DAS PROVAS

Para comprovar os fatos alegados, o Reclamante requer a produção das seguintes provas:

- Prova documental, especialmente CTPS, contratos, holerites e comunicações internas;
- Oitiva de testemunhas que possam confirmar o desvio de função;
- Perícia técnica para apuração das funções exercidas e compatibilidade com a função contratada;
- Inspeção judicial no local de trabalho, se necessário;
- Outros meios de prova admitidos em direito.

IV – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se:

1. A citação da Reclamada para que conteste a presente reclamação, sob pena de revelia e confissão;
2. O reconhecimento do desvio de função, com a condenação da Reclamada ao pagamento das diferenças salariais correspondentes ao período em que o Reclamante exerceu função diversa daquela contratada;
3. Reflexos das diferenças salariais em férias acrescidas de 1/3, 13º salário, FGTS com multa de 40%, aviso prévio, horas extras, adicionais e demais verbas trabalhistas;
4. Pagamento de honorários advocatícios conforme artigo 791-A da CLT;
5. Concessão dos benefícios da justiça gratuita, nos termos da lei;
6. Aplicação das multas previstas nos artigos 467 e 477 da CLT, se cabíveis;
7. A condenação da Reclamada ao pagamento de juros e correção monetária sobre as verbas devidas;
8. A produção de todas as provas em direito admitidas, especialmente as acima mencionadas;

9. A condenação da Reclamada em custas e demais despesas processuais.

V – DO VALOR DA CAUSA

Dá-se à causa o valor de R\$ _____ para efeitos fiscais.

Nestes termos,

Pede deferimento.

_____, _____ de _____ de _____
Local Data

Advogado(a)

OAB/___ Nº _____

Fonte original deste documento:

<https://documentos-jus.com/reclamacao-trabalhista-desvio-de-funcao/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://documentos-jus.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.

Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.

Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.